ATAQUE À DEMOCRACIA

Das 919 pessoas denunciadas pelo Ministério Público por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro, 392 ainda estão em regime de prisão preventiva

Sem acusações graves, mais 130 são libertados

» RENATO SOUZA

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Golpistas libertados pelo Supremo: sem participação direta na depredação das sedes dos Três Poderes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes concedeu, ontem, liberdade provisória para 130 pessoas denunciadas pela participação nos atos golpistas contra as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Apesar de terem participado do movimento que culminou na invasão dos prédios públicos, os presos liberados ontem foram denunciados por praticar crimes menos graves. Com a decisão, do total de 2.151 detidos desde o dia dos ataques, 392 pessoas permanecem presas — 310 homens e 82 mulheres.

O ministro, relator do inquérito dos atos antidemocráticos, seguiu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que entendeu que os acusados não representam perigo social neste momento. Os que foram liberados provisoriamente respondem por incitação ao crime e associação criminosa. Os que permanecem encarcerados são, em sua maioria, acusados de delitos mais graves, como tentativa de golpe de Estado e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito por meios violentos.

Na decisão, Moraes entende que os beneficiados pela soltura podem responder ao processo em liberdade, mediante o cumprimento de medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de se ausentar da região em que mora e recolhimento domiciliar no período da noite. As restrições impostas devem ser aplicadas até o fim dos respectivos processos.

Os denunciados tiveram os passaportes suspensos e estão proibidos de deixar o país. Também não podem acessar redes sociais ou fazer uso de armas de fogo. O magistrado destaca que o descumprimento das medidas impostas ou o contato entre investigados, de modo que possa representar nova ameaça, leva ao imediato retorno das ordens de prisão. As investigações continuam, com o objetivo de individualizar a participação de cada um nos ataques.

Até o momento, a PGR denunciou 919 pessoas por ligação com o quebra-quebra na Praça dos rês Poderes. De acordo com a procuradoria, 219 responderão por crimes como dano qualificado, abolição violenta do Estado de Direito e golpe de Estado. Parte das prisões ainda está sob avaliação do Supremo e novas liberações poem ser decretadas nos próximos dias, com o avanço das investigações.

Nos ataques de janeiro, os extremistas depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do STF. A Corte Suprema foi a mais danificada, com a destruição de janelas, móveis, obras de arte e redes hidráulicas e elétricas. O prédio ainda passa por reparo, e a previsão é que as instalações estejam plenamente recuperadas no segundo semestre. O maior trabalho está na recuperação de objetos históricos, como pinturas da década de 1960, itens doados por governo de outros países para o acervo do tribunal, além de objetos que estão no prédio desde a inauguração de Brasília.

Moraes prega regulação das redes sociais

» VICTOR CORREIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes defendeu, ontem, que as plataformas digitais devem ser consideradas empresas de comunicação, e não de tecnologia, sob o ponto de vista do combate à disseminação de notícias falsas e conteúdos nocivos. Para o magistrado, a regulamentação das redes sociais precisa ser negociada, mas a liberdade de expressão não permite discursos de ódio e antidemocráticos. Ele destacou o uso das redes na mobilização dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Para Moraes, onde "há monetização, há responsabilidade", e a linha de atuação do Judiciário deve se dar em três frentes. "É preciso partir do que já é feito pelas mídias digitais e exigir a responsabilidade delas em três pontos importantes: o impulsionamento, a monetização e a utilização dos algoritmos", explicou o ministro ao participar de um seminário organizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro para debater a regulamentação das plataformas.

O ministro também citou que é preciso mudar a responsabilização jurídica das empresas que controlam as plataformas digitais, em linha com o que é defendido pelo governo federal. "Não é possível, ainda hoje, que as grandes plataformas sejam consideradas empresas de tecnologia. Elas são também empresas de comunicação, empresas de publicidade", enfatizou o magistrado. Representantes de empresas como a Meta — dona do Facebook e Instagram — e do Google também estavam presentes, além do diretor geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL).

"O modelo negocial das redes é diferente, e é exatamente por isso que temos que negociar a forma de regulação. Sempre levando em conta que a Constituição não garante uma liberdade de expressão como liberdade para agressão, para discurso de ódio e discurso contra a democracia. Nós vimos o que vem ocorrendo e o que ocorreu nas eleições", acrescentou o ministro.

O magistrado destacou que já está conversando com as empresas donas de plataformas digitais para que apliquem mecanismos de controle que já existem, mas direcionados a outras áreas, como o combate à pornografia infantil.

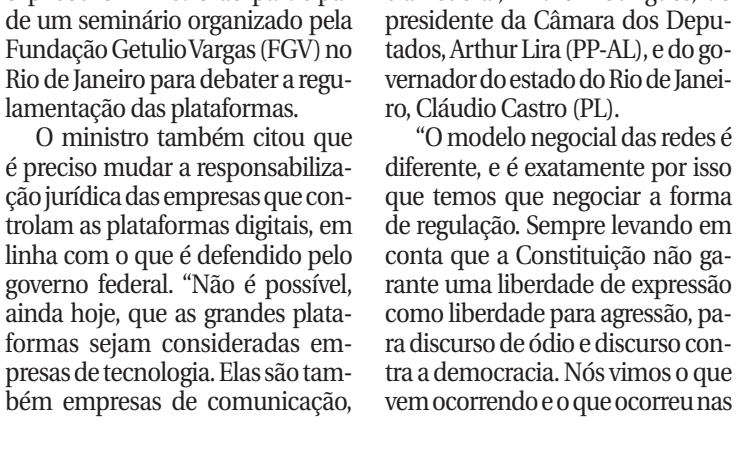
Arthur Lira, por sua vez, disse que é preciso encontrar um equilíbrio ao tratar do tema. "É preciso encontrar o caminho do meio para administrar, para legislar e para julgar questões envolvendo liberdade de expressão, as redes sociais e a democracia", declarou o presidente da Câmara.

Já Andrei Rodrigues, diretor-geral da PF, ressaltou que a violência dos atos golpistas de 8 de janeiro foi amplificada pelas plataformas.

SEGURANÇA PÚBLICA

Após limpeza geral, PRF tem novos chefes

Ed Alves/CB/DA Press



Protestos de caminhoneiros: PRF não evitou interdição de rodovias

O governo federal nomeou, ontem, os superintendentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em todos os estados e no Distrito Federal. As unidades estaduais estavam sendo comandadas por interinos havia 50 dias. As mudanças foram publicadas em uma série de portarias no *Diário Oficial da União* (*DOU*), em conjunto com outras nomeações para cargos de coordenação. As portarias foram assinadas pelo secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli, que atuou como interventor federal na segurança do DF após os ataques terroristas de 8 de janeiro. O novo superintendente no DF é Igor de Carvalho Ramos.

A corporação estava, desde 20 de janeiro, sem superintendentes fixos, depois que todos foram exonerados pelo governo por causa da identificação dos gestores com o governo anterior. As mudanças decorrem da desconfiança da equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com esse alinhamento de parte da PRF à campanha de reeleição do então presidente Jair Bolsonaro (PL). A demora nas nomeações é atribuída ao processo de seleção de nomes adotado pelo atual governo, com checagem de currículos e postagens em redes sociais. A Casa Civil, ligada ao Planalto, foi responsável pelo pente-fino dos indicados e chegou a barrar, pelo menos, dois nomes que estavam cotados.

A PRF foi um dos principais focos de oposição, entre as diversas corporações policiais, à candidatura de Lula à Presidência, alimentado, principalmente, pela atuação do então diretor-geral, Silvinei Vasques, apoiador declarado de Bolsonaro. Atualmente, ele é investigado por suspeita de usar a PRF para favorecer Bolsonaro nas eleições.

No segundo turno do pleito do ano passado, uma série de operações da PRF foi montada, principalmente em rodovias da Região Nordeste, para fiscalizar ônibus que conduziam eleitores às seções de votação, o que desencadeou denúncias de arbitrariedade e crime eleitoral. As barreiras policiais foram montadas apesar da decisão da Justiça Eleitoral de proibir ações de segurança pública que pudessem impedir ou atrasar a ida das pessoas às urnas.

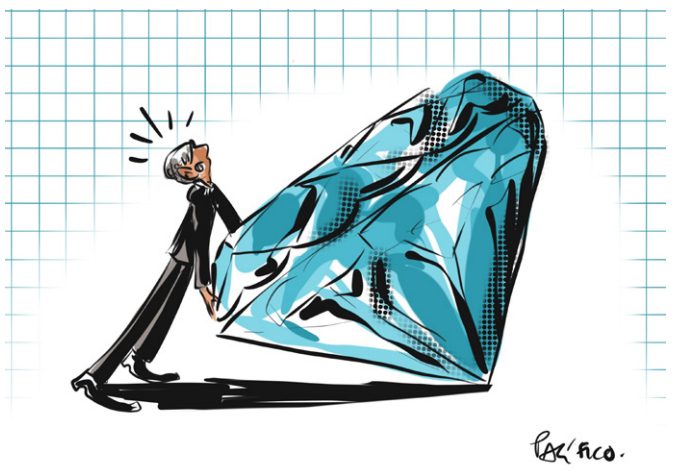
O antigo comando da corporação também é acusado de não ter atuado devidamente contra os bloqueios de estradas promovidos por bolsonaristas após as eleições. Assim que assumiu, o presidente Lula determinou que fosse feita uma limpeza nos cargos de chefia da PRF. Quando tomou posse, o novo diretor-geral da PRF, Antônio Fernando Oliveira, frisou que a corporação não vai mais tolerar ações antidemocráticas. "A Polícia Rodoviária Federal, como órgão de Estado, não tem partido e não irá pactuar com qualquer investida contra a democracia", frisou. (**VC**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Diamantes são eternos, mas não são para sempre

A passagem à tecnologia da informação, que viria a se consumar décadas depois, é o pano de fundo do filme *Os Diamantes são Eternos* (*Diamonds Are Forever*), estrelado por Sean Connery, o James Bond de maior sucesso da série *007* em todos os tempos. Em 1971, o famoso agente de espionagem britânico entra em ação contra seu velho inimigo Ernst Blofeld (Charles Gray), líder da organização Spectre, que ameaça o mundo com uma arma nuclear espacial cujos componentes principais são dezenas de diamantes roubados.

Entretanto, apesar das cenas de ação eletrizantes, é um dos piores filmes da série, porque o roteiro não consegue resolver a conexão entre as novas tecnologias e o clima de guerra fria da época, ao juntar contrabando de armas e de diamantes na rota África do Sul, Holanda e Estados Unidos. Locações, fotografia e filmagem garantem as sequências e os planos, mas o contexto é completamente distópico. Além disso, a misoginia e o racismo presentes no filme seriam inadmissíveis nos dias de hoje. O melhor do filme é título, cuja tradução literal seria "Diamantes são para sempre".

Não é o caso dos diamantes que o ex-presidente Jair Bolsonaro ganhou de presente na Arábia Saudita, não se sabe direito de quem e por quê. Ontem, a defesa de Bolsonaro anunciou que o ex-presidente da República vai entregar, ao Tribunal de Contas da União (TCU), o conjunto de joias que ganhou na Arábia Saudita e levou para casa. Assim, se antecipou ao julgamento da Corte sobre a destinação dos luxuosos relógio, abotoaduras, anel, caneta e uma mosbaha (rosário árabe) masculinos estimados em quase R$ 500 mil sob sua guarda, como fiel depositário, por decisão do ministro do TCU Augusto Nardes — decisão contestada pelo Ministério Público.

Bolsonaro está enrolado com joias sauditas desde quando a Receita Federal apreendeu um conjunto reluzente de diamantes avaliado em R$ 16 milhões na Alfândega de Guarulhos, que um assessor do então ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, trazia na bagagem sem declarar. Ambos chegavam de uma missão na Arábia Saudita, na qual o ex-ministro havia recebido a "encomenda" destinada à primeira-dama Michele Bolsonaro. Houve quatro tentativas de liberar as joias, todas na base na base da carteirada, a última, três dias antes de Bolsonaro encerrar o mandato. Numa das tentativas, o ex-ministro de Minas e Energia, acionado para tentar liberar os itens, afirmou que os presentes eram para Michelle. Apesar das tentativas das autoridades em nome da Presidência, os fiscais da Receita não liberaram as joias.

O ESCÂNDALO DAS JOIAS DESCONSTRÓI A IMAGEM DE AUSTERIDADE E HONESTIDADE CULTIVADA POR BOLSONARO COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, UM DOS FATORES DA SUA GRANDE VOTAÇÃO

Bento Albuquerque e Marcos André dos Santos Soeiro, ex-assessor do ex-ministro, vão depor sobre o caso, hoje, à Polícia Federal. O episódio das joias destinadas à Michele Bolsonaro foi documentado em vídeos tanto no dia da apreensão quanto na última tentativa de retirada das joias. Os presentes dados a Bolsonaro, que foram entregues pelo ex-ministro, passaram despercebidos pela alfândega. O novo advogado de Bolsonaro, Paulo Amador Cunha Bueno, especialista em crimes tributários, quer que as peças fiquem sob a guarda do TCU até que o destino final — seja acervo privado ou patrimônio da União — fique definido. Bolsonaro argumenta que o presente "especialíssimo" não é patrimônio público.

Desconstrução

Nos Estados Unidos, Bolsonaro vive uma espécie de inferno astral, desde o fracasso da tentativa de golpe em 8 de janeiro. Como é comum acontecer com os políticos quando estão no exterior, perdeu completamente o contato com a realidade política do país e não deu a devida importância ao impacto que os diamantes apreendidos teriam para sua imagem do ponto de vista ético. Desde o escândalo das "rachadinhas", que estourou no começo de seu governo, é a primeira vez que o ex-presidente aparece diretamente envolvido num escândalo patrimonialista. Agora, se movimenta para tirar o corpo fora e deixar seu ex-ministro naufragar na tormenta. Mas já é muito tarde, o noticiário maciço sobre o valor das joias arrancou das mãos do bolsonarismo a bandeira da ética, que vem sendo empunhada contra o PT.

Michele Bolsonaro também tirou o corpo fora, disse que sequer sabia da existência dos presentes. Considerada como o segundo ativo eleitoral mais importante do PL, o presidente da legenda, Valdemar da Costa Neto, manobra para que a ex-primeira-dama tenha sua imagem desvinculada do escândalo, o que não tem muita chance de dar certo, porque as joias apreendidas só poderiam ser para ela.